



V Meeting Nacional
Farmácia Clínica

MODALIDADE GESTÃO FARMACÊUTICA



Os conceitos emitidos nos manuscritos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não refletindo obrigatoriamente a opinião da revista.

Esta é uma obra distribuída sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



ANÁLISE DE INDICADORES DE PRESCRIÇÃO EM PACIENTES INTERNADOS EM UM SETOR DE REABILITAÇÃO

Nathalia Miranda Campos

Maristela de Souza Lima

Priscila Torres de França

Uriel Oliveira Massula Carvalho de Melo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Introdução: A Organização Mundial de Saúde, para analisar com segurança aspectos que afetam a prática farmacêutica, desenvolveu indicadores do uso racional de medicamentos. Estes indicadores podem ser utilizados para verificar a qualidade de uma prescrição. **Objetivo:** O objetivo do trabalho foi analisar as prescrições de medicamentos por meio de indicadores do uso racional de medicamentos em prontuários médicos de pacientes atendidos no setor de reabilitação de um hospital filantrópico. **Materiais e método:** Realizou-se pesquisa seguindo modelo epidemiológico ou pesquisa de forma observacional, transversal, exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário próprio preenchido a partir da análise de prescrições do quinto dia de internação, tempo esse determinado como prazo para que os diversos profissionais da equipe multidisciplinar avaliassem o paciente, visto que as diferentes avaliações poderiam resultar em prescrição de medicamentos e ou medidas não medicamentosas, atendidos no período de janeiro a junho de 2021, considerando os indicadores de prescrição preconizados: 1) Número médio de medicamentos por prescrição. 2) Porcentagem de medicamentos prescritos pelo nome genérico 3) Porcentagem de medicamentos que constam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 4) Porcentagem de pacientes com prescrição de antibióticos 5) Porcentagem prescrições contendo injetáveis. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio do parecer 4.479.342. **Resultados:** No total foram analisadas 52 prescrições, destas 51,92% (27/52) pertenciam a pacientes do sexo masculino. A média de idade dos pacientes foi de 53,14 anos. Foram prescritos 690 medicamentos no total com média de 13,26 (\pm 3,58). O percentual de pacientes que receberam prescrição de antimicrobianos foi de 30,76% (16/52) e de pacientes com indicação de medicamentos injetáveis de 98,07% (51/52) apenas um paciente não recebeu prescrição de medicamentos injetáveis. A designação genérica foi observada em 98,26% (678/690) dos medicamentos prescritos e, dos princípios ativos, 71,81% (79/110) estavam elencados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2020. Destaca-se a elevada prevalência de prescrições contendo medicamentos injetáveis, devido ao fato das condições dos pacientes encaminhados ao setor, geralmente em uso de anticoagulante injetável (enoxaparina) para prevenção de trombose venosa profunda devido a perda de mobilidade nos pacientes, visto que se trata de setor de reabilitação. Foram utilizados prioritariamente os medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, demonstrando conhecimento e entendimento do prescritor, porém esperava-se um percentual maior. Os medicamentos prescritos pelo nome genérico deveriam ser 100% uma vez que o Sistema Único de Saúde deve utilizar a Denominação Comum Brasileira ou Denominação Comum Internacional. **Conclusão:** Os resultados identificaram alta prevalência de polifarmácia estando em contradição com o preconizado, bem como o indicador relativo a prescrições contendo medicamentos injetáveis, porém o desacordo deste indicador se deve ao perfil dos pacientes atendidos. Os indicadores relativos à designação genérica e a presença dos princípios ativos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, poderiam ser mais elevados, porém atenderam ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde, bem como o indicador relativo a prescrições contendo antimicrobianos evidenciando que os profissionais de saúde do setor estudado estão atentos a essas recomendações.

Palavras-chave: Unidade Hospitalar. Indicadores. Prescrição.

Apoio: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Categoria: Acadêmico

Modalidade: Gestão Farmacêutica

DEMANDAS JUDICIAIS DE MEDICAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE: ANÁLISE POR MEIO DE INDICADORES

Nádia Bernardinis (nadnb@hotmail.com)

Vanessa Terezinha Gubert

*Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

Introdução: O conhecimento da “judicialização da saúde” por meio da análise de indicadores traz subsídios aos governantes e ao Poder Judiciário para a tomada de decisão, bem como para a elaboração e reformulação de políticas públicas. **Objetivo:** Este estudo visa analisar as demandas judiciais de medicamentos no município de Campo Grande por meio de indicadores durante o período de julho de 2018 a junho de 2020. **Materiais e Método:** Estudo observacional e transversal, no qual foram avaliadas quatro dimensões, sendo características sociodemográficas do autor da ação, características processuais, médico-sanitárias e político-administrativas, segundo o Manual de Indicadores de Avaliação e Monitoramento de Demandas Judiciais de Medicamentos. Para a análise, foram incluídos os processos judiciais com solicitação de medicamento e movidos pelo cidadão contra o município de Campo Grande - MS, entre julho de 2018 a junho de 2020. **Resultados:** Foram analisados 676 processos que resultaram em 1006 solicitações com 284 medicamentos diferentes. Houve predomínio de solicitações para pacientes com 70 a 79 anos (14,20%), aposentados ou pensionistas (43,46%), residentes em Campo Grande, com renda média de 1,47 salários mínimos. Em 92,74% dos processos judiciais, o juiz concedeu liminarmente o fornecimento dos medicamentos solicitados, admitindo a urgência em 88,8% dos pedidos. Os tempos medianos entre a solicitação do medicamento e a decisão foi de 34 dias e entre a decisão e a entrega do medicamento foi de 146 dias. A maioria das solicitações apresentavam prescrições como nome genérico (54,37%) e o paciente buscou atendimento no SUS (56,95%). Foram observadas 241 morbidades nos diagnósticos principais, sendo predominantes Diabetes Mellitus, defeitos de coagulação, hipertensão e doenças pulmonares obstrutivas crônicas. De acordo com o Sistema de Classificação Anatômico Terapêutico Químico (ATCC), os grupos anatômicos como sistema nervoso, antineoplásicos e imunomoduladores, sistema cardíaco e trato digestivo e metabolismo foram prevalentes para os 284 medicamentos solicitados. O custo médio mensal dos medicamentos adquiridos para o cumprimento das ações foi de R\$ 2.183,68. Todos os medicamentos prescritos possuem registro na Anvisa e três possuem indicação “off label” de acordo com o diagnóstico presente no processo e a bula. Dentre os 284 medicamentos prescritos, 179 (63,03%) não pertenciam a nenhuma lista oficial e observou-se existência de alternativa terapêutica para 166 (90,22%) destes. Noventa e quatro (33,10%) medicamentos fazem parte dos componentes de financiamento da Assistência Farmacêutica, com responsabilidades e financiamentos próprios para sua aquisição. **Conclusão:** O crescente número de solicitações de medicamentos por via judicial impacta na alocação de recursos contrapondo o princípio da equidade. Analisar as demandas judiciais a fim de identificar possíveis falhas, otimiza as ações, tornando-as efetivas, e amplia integralmente o acesso a saúde.

Palavras-chave: Judicialização da Saúde. Direito à saúde. Assistência Farmacêutica.

Apoio: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, MS (SESAU/MS)

Categoria: Acadêmico

Modalidade: Gestão Farmacêutica

GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM COSTA RICA (MATO GROSSO DO SUL): MELHORIAS AO ACESSO E USO DE MEDICAMENTOS

Jamile Brandi (jamilinhabrandi@gmail.com)

*Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria de Assistência Farmacêutica Municipal,
Costa Rica, Mato Grosso do Sul*

Introdução: A gestão da Assistência Farmacêutica (AF) está respaldada em um arcabouço legal e político que norteia o processo de efetividade das ações e contribui para melhorias da AF, cujas ações são voltadas à promoção, proteção e recuperação, tendo como resultado o acesso e uso racional de medicamentos, os quais representam o insumo essencial, e não o foco dos serviços. **Objetivo:** Elucidar as melhorias realizadas pela gestão da Assistência Farmacêutica (AF) no município de Costa Rica (Mato Grosso do Sul), com ênfase no acesso e uso de medicamentos, no período de janeiro a agosto de 2021. **Materiais e método:** As ações e serviços da AF foram executados em 05 farmácias da Estratégia Saúde da Família (ESF) e 01 farmácia do Centro de Especialidades Médicas, de acordo com a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas; e em 01 almoxarifado, conforme a Resolução-RDC nº 304, de 17 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. Foi instaurado o Conselho de Saúde, composto pela coordenadora da AF municipal (farmacêutica); ortopedista; pediatra; clínico geral; e enfermeiro, a fim de implementar o REMUME (Relação Municipal de Medicamentos), baseado no RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) e RESME (Relação Estadual de Medicamentos). **Resultados:** A reestruturação da AF proporcionou a inserção de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento das farmácias, possibilitando que pacientes recebam orientações sobre a dosagem, posologia, contraindicações, reações adversas e efeitos colaterais de medicamentos, além de serem orientados a retornarem ao ESF para o descarte correto desses medicamentos. Foi implementado o processo licitatório para a compra de medicamentos e insumos, que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública. No almoxarifado, a organização dos medicamentos e insumos conforme forma farmacológica do produto (e.g. comprimidos, xaropes, suspensões, pomadas, injetáveis) promoveu a facilidade ao acesso, identificação, manuseio e controle. A distribuição de prateleiras de modo a manter determinada distância das paredes e do teto evitou zonas de calor e facilitou a circulação interna do ar. O levantamento do estoque permitiu detectar incongruências entre o estoque físico e o informatizado, além de identificar vários produtos mal armazenados e vencidos, os quais foram descartados e que correspondiam a 5% em reais do valor total dos medicamentos. Devido ao REMUME foi realizado o estudo de consumo municipal, facilitando a elaboração da lista de medicamentos e insumos baseada na importância, quantidades utilizadas e valores, com o intuito de melhor atender às necessidades da população. **Conclusão:** O trabalho realizado pela atual gestão, seguindo a Lei e a Resolução supracitadas, assegurou o armazenamento adequado, a eficácia terapêutica e o uso racionalizado do medicamento. Com o REMUME, a verba de compra de medicamentos foi utilizada de modo a evitar desperdício. Embora o processo de mudanças da atual gestão ainda esteja em andamento, diversas ações têm promovido melhorias significativas da AF, como o planejamento e controle, acessibilidade e uso de medicamentos, e segurança de pacientes.

Palavras-chave: Almoxarifado. Farmacêutico. Pacientes.

Categoria: Profissional

Modalidade: Gestão Farmacêutica



MELHORIA DE PROCESSOS E ALINHAMENTO DAS UBS's INCORPORAÇÃO DA TECNOLOGIA DIGITAL NA UNIDADE DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DRS VI BAURU - RESOLUÇÃO SS-54

Fernando Henrique de Paula Pugas
NAFI/DRS VI BAURU - SES/SP

Introdução e Objetivos: A pandemia pela COVID-19 tem exigido a execução de diferentes rotinas, com necessidade de contínua revisão. As equipes de apoio, entre elas, as compreendidas pela assistência farmacêutica, devem estar solidárias às equipes da linha de frente, buscando facilitar as rotinas sem, no entanto, colocar em risco seus colaboradores. **Métodos:** O desenvolvimento deste projeto foi em detrimento a pandemia causada pelo COVID 19, pois naquele momento o NAFI do DRS VI Bauru precisava adotar estratégias para minimizar a exposição dos Servidores Públicos, a Aglomeração de Motoristas e a Aglomeração de Pacientes nas dependências do DRS VI Bauru. Além do município sede que é Bauru, somos referência para 67 municípios, o que totaliza aproximadamente uma população de 1.7000.000 habitantes. **Resultados e Discussão:** Os formulários eram triados pela equipe do NAFI e encaminhados para Comissão de Farmacologia da CAF/SES em São Paulo. A avaliação dos processos em sua estrutura física era realizada em um prazo de 30 dias. Com a implantação da digitalização dos formulários, os farmacêuticos dos municípios seguem um check list elaborado pelo NAF, encaminha no endereço eletrônico da Triagem do NAFI e após avaliação técnica os processos são submetidos via plataforma da SES/SP. Hoje com a digitalização os pareceres técnicos são emitidos em até 15 dias. **Conclusão:** Com a inovação do processo de trabalho, os Pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Farmacologia da SES /SP são em tempo célere e o acesso dos pacientes aos medicamentos, nutrição enteral e insumos farmacêuticos é garantido em tempo oportuno. A Unidade Dispensadora Administrativa possui 1.333 demandas ativas e o resultado do projeto em parceria com a Comissão de Farmacologia da SES/SP garantiu e está garantido a proteção dos servidores (nenhum servidor do NAFI foi comprometido pelo COVID).

Palavras-chave: COVID. Digitalização. Administrativo.

Categoria: Profissional

Modalidade: Gestão Farmacêutica